



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE 2020**

-----No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA/ÓRGÃOS SOCIAIS---

3.3 – FARMÁCIA SANTIAGO/PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO NA PRAÇA DA REPÚBLICA EM GÓIS-----

3.4 – GÓIS MOTO CLUBE/15º ENDURO DE GÓIS PARAÍSO TODO TERRENO -----

3.5 – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL/VISTORIA/INSPEÇÃO A ESTRADAS E OBRAS DE ARTE NO CONCELHO DE GÓIS SOBRE GESTÃO DA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL-----

3.6 – REQUALIFICAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA-MUSEU ALICE SANDE: PROJETO DE EXECUÇÃO. LOCAL: LARGO FRANCISCO INÁCIO DIAS NOGUEIRA, Nº 4 E 5 GÓIS-----

3.7 – INSTALAÇÃO DE TORRE DE VIDEOVIGILÂNCIA NO CONCELHO DE GÓIS NO ÂMBITO DE UMA CANDIDATURA PROMOVIDA PELA CIM REGIÃO DE COIMBRA - SISTEMA INTEGRADO DE VIDEOVIGILÂNCIA PARA A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS-----

3.8 – “RESTABELECIMENTO DA FLORESTA AFECTADA POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS OU ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS” – INCÊNDIOS JUNHO DE 2017 - TRABALHOS A MENOS E COMPLEMENTARES – PROPOSTA DE APROVAÇÃO-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/NUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA HENRIQUES-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/MARIA ISABEL ANTUNES BAETA NEVES-----

3.11 – DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA-----

3.12 – 4ª ALTERAÇÃO (MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020-----

3.13 – 4ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2020-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.14.1. ADIBER-----

3.15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção propondo ao Executivo a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. João Albino Rainho Ataíde das Neves, Deputado da Assembleia da República Portuguesa, tendo também desempenhado funções como Secretário de Estado do Ambiente, Presidente da CIM-RC e Presidente do Município da Figueira da Foz.-

-----De igual modo propôs a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Tito Artur Sousa Moura Portugal, Pai do senhor Dr. João Raúl Henriques Moura Portugal, Deputado da Assembleia da República Portuguesa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade, a atribuição dos referidos Votos de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar às famílias pela sua irreparável perda.-----

-----De seguida felicitou a Lousitânea - Liga de Amigos da Serra da Lousã por mais uma edição do “Entrudo nas Aldeias do Xisto”, iniciativa à qual se associaram bastantes visitantes, fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área cultural. De

igual modo, felicitou na pessoa do trabalho Paulo França todos os trabalhadores da Câmara Municipal pelo trabalho meritório de limpeza dos acessos às Aldeias do Xisto.----

-----Na Pessoa do senhor Dr. Paulo Silva felicitou a empresa Trans Serrano, pelo prémio de PME Líder 2019, sendo o estatuto PME Líder um selo de reputação de empresas criado pelo IAPMEI para distinguir o mérito das PME nacionais com desempenhos superiores e é atribuído em parceria com o Turismo de Portugal, um conjunto de bancos parceiros e as Sociedades de Garantia Mútua, tendo por base as melhores notações de *rating* e indicadores económico-financeiros. Referiu que também a Trans Serrano está de parabéns pelo prémio de PME Excelência 2019, trata-se de um selo de reputação que permite às empresas distinguidas relacionarem-se com a sua envolvente - fornecedores, clientes, sistema financeiro e autoridades nacionais e regionais - numa base de confiança facilitadora do desenvolvimento dos seus negócios. Para empresas exportadoras e com ambição internacional, o estatuto PME Excelência é particularmente relevante, constituindo um fator de diferenciação e uma garantia da solidez e idoneidade das empresas.-----

-----Felicitou o Góis Moto Clube pelo 27º Raide de Góis – Paraíso Todo-Terreno, prova pontuável para o Campeonato Nacional de Todo o Terreno, bem como todos participantes e naturalmente todos os voluntários que se associaram a este evento desportivo.-----

-----Renovou o convite ao Executivo para se associar à inauguração da Sala de Aula do Futuro, na sede do Agrupamento de Escolas de Góis, iniciativa que terá lugar no dia 27.02.20, pelas 10.00 horas.-----

-----Relembrou que, no dia 27.02.20, irá realizar-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, a qual terá lugar no Auditório da Biblioteca Municipal António Francisco Barata, pelas 17.00 horas.-----

-----A senhora Presidente dirigiu o convite ao Executivo para se associar à apresentação do livro “Diário de um Idealista Confesso”, da autoria de senhor Dr. Pedro Pereira Alves, no dia 01.03.20, no Auditório da Biblioteca Municipal António Francisco Barata, pelas

16.30 horas.-----

-----Deu conhecimento que, nos dias 14 e 15 de março, irá realizar-se em Góis na zona de concessão da pesca desportiva da vila o Campeonato Nacional de Pesca à Truta, estando a Câmara Municipal a tomar os procedimentos necessários para este evento desportivo, pelo que oportunamente prestará mais informação.-----

-----Mais deu conhecimento de que foi apresentada à Câmara Municipal uma proposta para acolher a Volta a Portugal 2020, que irá realizar-se de 29 julho a 09 agosto, estando a passagem por Góis prevista a 06.08.20, tendo para o efeito informado das condições solicitadas para o Município de Góis se associar a este evento desportivo.-----

-----A senhora referiu que na sequência da candidatura efetuada pela CIM RC ao PART-Programa de Apoio à Redução Tarifária, foi aprovada uma medida de implementação de Serviço de Transporte Flexível, numa componente de Projeto-Piloto, em dois Municípios, tendo sido considerados um com maior concentração territorial Góis e com maior dispersão territorial Pampilhosa da Serra. O Transporte Flexível é um serviço que garante o aumento de cobertura da rede de transporte público de passageiros em áreas com deficiente ou inexistente transporte público, tendo também como objetivo a atração de públicos que não tenham acesso ao transporte público. Procura-se com este tipo de serviço de transporte, proporcionar melhor qualidade de vida às populações, garantindo-lhes a possibilidade e a oportunidade de se deslocarem à sede de concelho de forma a colmatarem as suas necessidades de vária natureza (serviços médicos, farmácia, alimentação, entre outras). Atendendo a que o sistema de transportes públicos não tem conseguido dar resposta satisfatória a uma parte significativa das necessidades de mobilidade da população, sobretudo no interior do país e em meio rural, existe a necessidade de implementação do sistema de Transporte de Passageiros Flexível, de forma a colmatar a escassez de oferta de serviço de transporte regular em muitos dos lugares/povoações dos concelhos da CIM RC.-----

-----Referiu que o serviço de transporte de passageiros flexível prestado através de transporte coletivo em táxi, tendo sido a rede de táxis concelhia contactada para se

associar a este projeto, pelo que o senhor Vice-Presidente irá prestar mais esclarecimentos sobre a reunião realizada com os operadores de táxi do concelho.-----

-----Atendendo a que este serviço se destina a servir populações com características específicas, nomeadamente faixa etária elevada, dificuldades de locomoção, carências de mobilidade, recursos limitados, isolamento social, referiu que irá ser realizada uma divulgação do serviço de transporte de forma assertiva e direcionada às populações em questão. Mais referiu que o local de embarque e desembarque em cada um dos lugares servidos será em zona de fácil acesso, quer aos veículos quer à população, garantindo-se a sua identificação pela população e pelo operador, através da sinalização com postaletes de identificação de paragem, encontrando-se os serviços municipais a realizar este serviço, bem como será o mesmo objeto de divulgação junto das populações.-----

-----Referiu ainda, que o início do projeto estava previsto na semana em curso, porém por fatores externos à Câmara Municipal irá somente iniciar na primeira semana do mês de março, período em que se encontram reunidas as condições para arranque deste projeto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que lhe apraz felicitar a Câmara Municipal pelos trabalhos de limpeza realizados entre a EN342 e a Aldeia do Xisto de Aigra Nova, devendo ser este um exemplo a seguir em todo o concelho. Questionou se a Câmara Municipal já teria rececionado a resposta às questões colocadas em reunião com o senhor Presidente do Conselho de Administração da APIN, bem como se havia algum feed-back relativamente à posição tomada pelo Executivo na última reunião da Câmara Municipal. Referiu que pelo que pôde constar a Câmara Municipal encontra-se a efetuar trabalhos na Fazenda da Avó Thomázia, pelo que lhe sugeriu que se deveria equacionar a hipótese em colocar uma estrutura amovível, para que a mesma no final da época balnear pudesse ser retirada para que não fosse objeto de danificação aquando a ocorrência de cheias no rio Ceira.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que relativamente ao Entrudo nas aldeias do Xisto é a prova que as tradições também podem ser inventadas, uma vez que as máscaras de cortiça não eram uma tradição, porém foi uma forma de chamar as pessoas a visitarem as nossas aldeias e a darem uma outra vida às mesmas.-----

-----No que concerne ao estado da saúde que se vive no nosso concelho, assunto abordado em várias reunião do Executivo, questionou se a senhora Presidente já tomou as devidas diligências relativamente à audiência que desejava agendar com as competentes entidades, realçando que a sua questão se consubstancia pelo facto de Góis não ser o único município que se confronta com esta realidade, sendo do seu conhecimento que outros Municípios já foram recebidos pela Secretaria de Estado da Saúde para discussão deste assunto, pelo que entende que devem ser tomadas as mesmas démarches.-----

-----No que concerne à empreitada de requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que ainda existem situações que se encontram por resolver, pelo que questionou se também já foram tomadas as devidas providências sobre as mesmas.-----

-----No que concerne ao requerimento para isenção da taxa do serviço de limpeza de fossas sépticas um dos itens refere que *“A Entidade Gestora deve ter acesso às instalações interiores a qualquer momento, incluindo aos separadores de gorduras, hidrocarbonetos e às fossas de lamas, para verificar o seu bom estado de manutenção. A caixa do ramal de ligação, quando não estiver instalada em local visível, deverá estar colocada num local de fácil acesso e respeitar as prescrições técnicas.”*, pelo que lhe apraz referir que este item funciona como uma “ameaça” ao consumidor, entendendo que deveria este assunto objeto de uma outra redação. Ainda sobre esta temática, congratulou-se pelo esclarecimento feito pela Câmara Municipal nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na Comarca de Arganil, salientando que o mesmo é objetivo e de fácil leitura. Referiu que no que concerne ao período de faturação, a última fatura que foi rececionada é relativa a 31.12.19, pelo que estando no final do mês de

fevereiro de 2020, possivelmente, os consumidores irão receber a faturação relativa a dois meses de consumo, pelo que a próxima fatura terá um valor substancialmente elevado o que poderá causar algumas situações menos agradáveis.-----

-----Terminou a sua intervenção felicitando a colocação das floreiras junto aos estacionamentos na Praça da República embelezando naturalmente todo este espaço, sugerindo que o canteiro junto ao edifício da C.G.D. deveria também ser intervencionado com a colocação de flores, bem como deve ser sensibilizada a entidade bancária e os serviços de Finanças para embelezar os canteiros existentes nas suas frações. -----

-----A senhora Presidente sobre o requerimento da APIN para isenção da taxa de saneamento solicitou ao senhor Consultor Jurídico da Câmara Municipal, Dr. Pedro Pereira Alves, que procedesse ao esclarecimento sobre o teor constante no mesmo.-----

-----Dada a palavra, o senhor Dr. Pedro Pereira Alves informou que da análise realizada ao documento apraz-lhe mencionar que as situações elencadas no mesmo são para que o consumidor tome conhecimento das situações quando solicita o pedido de isenção de pagamento da taxa de saneamento, sendo que as mesmas nem precisavam de estar consignadas no requerimento, uma vez que as mesmas estão legalmente previstas. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que um dos assuntos que iria questionar era efetivamente sobre o transporte flexível uma vez que na última reunião da Câmara Municipal o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que o mesmo se iria iniciar no final do mês em curso, pelo que após esclarecimento da senhora Presidente o mesmo iniciar-se-á no princípio do mês de março, pelo que questionou para quando está prevista a publicitação deste serviço. -----

-----Referiu que na margem esquerda do Rio Ceira nos salgueiros existentes em frente ao edifício da Trans Serrano existem dois ninhos de vespa velutina, pelo que caso ainda não tenha sido realizado o controlo dos mesmos devem ser tomadas as providências necessárias para esse mesmo efeito. Referiu que na Av. Padre António Dinis os passeios existentes devem ser objeto de limpeza das ervas, para que o peão possa circular em segurança, uma vez que se trata de uma via com bastante circulação rodoviária. Ainda

nessa avenida referiu a existência de uma paragem de autocarro, junto ao estabelecimento comercial Moto Castanheira, em que os passageiros têm de esperar pelo autocarro dentro da via de circulação, pelo que deve ser equacionada uma hipótese para inverter esta situação. Referiu que estando a Fazenda da Avó Thomázia a ser objeto de uma requalificação, realçou que deve o passeio de acesso entre esta e a Praia Fluvial da Peneda ser também intervencionado, uma vez que as juntas entre o piso de xisto se encontram danificadas podendo ocasionar algum acidente para quem ali circula descalço na época balnear.-----

-----Relativamente ao requerimento da APIN para pedido de isenção do pagamento da taxa de saneamento referiu que uma das intervenções por si realizadas em sede do Executivo foi fazer referência ao teor de “ameaça” do mesmo pelo facto de que ao ser solicitada a isenção há um conjunto de situações a que o consumidor se sujeita. Referiu ter dúvidas que a APIN tenha capacidade operacional para se deslocar aos onze concelhos para realizar esse tipo de fiscalização. Referiu que efetivamente é visível a fustigação que o Executivo tem sido alvo, nomeadamente nas redes sociais, porém mencionou que os Vereadores são também munícipes deste concelho pelo que também serão alvo das consequências da deliberação que tomaram. Referiu que a posição tomada não foi de ânimo leve, certamente que a mesma foi fundamentada com a informação que lhe foi prestada na altura dessa mesma deliberação e com o intuito de defender os interesses dos munícipes, salientando que o Executivo tinha conhecimento que iria haver uma alteração no valor das taxas. Contudo, referiu que a decisão tomada foi na ótica no investimento no saneamento, informação prestada de que a Câmara Municipal de Góis não tem meios financeiros para aceder a montantes elevados para que se leve o saneamento a localidades do nosso concelho e foi nesse sentido que o Executivo tomou a posição de adesão à APIN. Referiu que efetivamente o Executivo também está preocupado com o desenvolvimento desta situação, bem com está também atento, sendo exemplo disso a deliberação tomada na última reunião da Câmara Municipal pela

mesma não defender os interesses dos munícipes, assim como em outras situações que iremos tomar as decisões que acharmos mais benéficas aos munícipes.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que quanto ao Transporte Flexível na passada semana reuniu com os taxistas do concelho, salientando que alguns não estiveram presentes em virtude de terem serviço, porém a Eng.ª Luciana Dias irá abordar os mesmo para que se proceda a assinatura do contrato com os mesmos, uma vez que a rede de transporte flexível irá ter como operadores com todos os prestadores de serviços de táxi que operam no nosso concelho. Referiu que o serviço de transporte de passageiros flexível prestado através de transporte coletivo em táxi é efetuado mediante contrato celebrado entre o operador e a autoridade de transportes competente (CIM RC), aplicando-se à prestação dos serviços as disposições nele fixadas.-

-----Quanto à divulgação do transporte flexível referiu que irá ser feita a devida divulgação através das Juntas de freguesia, órgãos de comunicação social e redes sociais, aguardando a Câmara Municipal a documentação da CIM RC para esse mesmo efeito. O transporte flexível na freguesia de Alvares funcionará duas vezes por semana: à terça feira reservado dos diferentes lugares da freguesia de Alvares para Góis e à quinta feira para a sede da freguesia de Alvares. Na União de Freguesias este serviço será prestado à terça e quarta feiras com destino à sede do concelho. -----

----A senhora Presidente questionou o senhor Vereador Mário Barata Garcia se a Câmara Municipal podia solicitar o uso de transporte flexível, salientando que a sua questão se consubstancia pelo facto de não termos uma frota automóvel suficiente para que os serviços se desloquem dentro do concelho para realização de alguns serviços externos. -

-----Sobre esta questão o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que efetivamente a Câmara Municipal poderá utilizar o transporte flexível.-----

-----A senhora Presidente questionou se os residentes em Góis podem também usufruir do transporte flexível, questão a que o senhor Vereador Mário Barata Garcia respondeu afirmativamente, uma vez que na sede do concelho irá existir um ponto de chegada/partida devidamente sinalizado. -----

-----A senhora Presidente informou que de acordo com a informação da Técnica Luciana Dias a documentação para publicitação do Transporte a Flexível somente irá ser disponibilizada pela CIM RC na próxima sexta feira, sendo que após esta data será realizado o trabalho da respetiva divulgação.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que uma vez que a localidade de Carcavelos não dispõe do serviço efetuado pelo Góisim a população desta aldeia poderá efetivamente requer o transporte flexível, sendo que num futuro também esta localidade poderá ser um ponto do transporte flexível .-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu ter estado presente na última reunião da APIN na qual foi abordada a posição tomada pelo Executivo na sua reunião ordinária de 11.02.2020, não tendo a mesma sido discutida. Neste sentido, referiu que efetivamente procedeu aos esclarecimentos que se impunham, nomeadamente no que concerne à taxa de saneamento que estava a ser aplicada de forma universal apesar da forte oposição do Município. Referiu a existência de uma realidade incontornável que merece uma reflexão, sendo um facto que o desenho financeiro desta prestação de serviços foi substancialmente alterado , isto é, os Municípios passaram de um sistema altamente subsidiado pela Câmara para outro que se pretende que seja autossuficiente, mas que agrava o valor faturado aos consumidores, tendo a sua pessoa apresentado esta situação. Referiu que Góis nunca esteve contra que se fizesse eventualmente este ajuste de forma gradual de maneira a que não houvesse um impacto tão direto e brutal na faturação, pelo que se teria que estudar uma forma de se manter a subsidiação e só muito gradualmente pudesse vir a ser extinta por forma a que a alteração atualmente realizada não fosse tão brusca. Referiu que pela parte da APIN houve uma resistência para aceitar estes argumentos, realçando que o concelho de Góis foi dos que mais se manifestou formalmente contra a metodologia que estava a ser implementada. -----

-----A senhora Presidente questionou se a posição anteriormente tomada pela Câmara Municipal de não aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre os MUNICÍPIOS de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da

Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A. para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, durante o período transitório, por não concordar com a chave de repartição utilizada para o cálculo da compensação financeira mensal associada à prestação do serviço (excluindo as despesas com pessoal) que se traduz num manifesto prejuízo financeiro para o Município de Góis, quais são as consequências que podem causar ao Município de Góis. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que entende que se o Município de Góis se opuser à fórmula utilizada, para modelo de compensação para o período de transição, ficará comprometida toda e qualquer compensação para o universo da APIN.-----

-----A senhora Presidente referiu ser seu entendimento que quando o Conselho de Administração teve conhecimento da posição tomada pelo Município de Góis deveria ter de imediato agendado uma reunião de trabalho para discussão do assunto e se negociar um valor. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que o problema central reside no facto de serem onze Municípios e efetivamente dez aceitaram os montantes estabelecidos, sendo que bastou um não aprovou para inviabilizar todo o processo. Referiu que se aguarda comunicação da APIN para realização de reunião no sentido de discussão e resolução deste assunto.-----

-----Relativamente ao requerimento para solicitação de isenção da taxa de saneamento entende que o seu conteúdo é bastante infeliz porquanto não é necessário constar no documento o que se pode entender como “ameaças”, uma vez que as mesmas estão plasmadas tanto do Regulamento, como na legislação para o efeito. -----

-----Relativamente ao processo da Praia de Alvares, referiu que o mesmo se encontrava a decorrer bastante bem, estando o cronograma do projeto a ser rigorosamente cumprido, pelo que se espera ter o projeto executado dentro do prazo estabelecido. -----



-----A senhora Presidente referiu que no que concerne à Fazenda da Avó Thomázia a Câmara Municipal encontra-se a realizar os trabalhos por administração direta, alguns dos quais constam da listagem dos prejuízos causados pela tempestade Elsa, nomeadamente ao nível da infraestrutura porquanto a mesma sofreu bastante danos, sendo que toda a zona envolvente também será intervencionada. Referiu que efetivamente uma estrutura amovível seria uma solução a pensar para o futuro, contudo presentemente importa a resolução da situação de forma a que esta zona esteja em condições para ser explorada durante a época balnear. -----

-----Relativamente à empreitada de Requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que da informação técnica que dispõe é que estão reunidas todas as condições para assinar a receção provisória, tendo a mesma sido assinada com base na referida informação. -----

-----Relativamente à questão da saúde no concelho de Góis referiu ter solicitado o agendamento de reunião com a senhora Ministra da Saúde, tendo também sido pedida uma audiência ao senhor Secretário de Estado das Florestas e do Ordenamento do Território em virtude da existência de uma questão relativa ao Projeto PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – Requalificação do Largo do Pombal, assim como tomou procedimentos junto do FAM para que seja liberto o empréstimo para as segundas habitações no âmbito dos incêndios florestais de 2017. Ainda sobre pedidos de audiência referiu que também foi solicitado o agendamento à senhora Secretária da Justiça relativamente ao BUPI.-----

-----Relativamente às questões apresentadas pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio mencionou que iria questionar o GTF se já é do conhecimento a existência dos dois ninhos de vespa asiática na margem esquerda do rio no local sinalizado. Relativamente à questão do passeio existente de acesso à Praia Fluvial da Peneda referiu que também irá ser intervencionado, bem como a estrada desde o Terreirinho até ao rio. Referiu subscrever as palavras sobre a adesão da Câmara Municipal à APIN sendo que a informação prestada ao Executivo foi assente na verdade dos factos

e naquilo que foi comunicado pelo senhor Secretário de Estado do Ambiente e outras Entidades quando mencionaram que era uma mais valia trabalhar-se em escala porquanto seria mais fácil a resolução de alguns problemas. Saliou nunca ter sido nada velado da sua parte e que sempre mencionou que quando foi feito o estudo para ser presente à ERSAR sobre a viabilidade da empresa os documentos da Câmara Municipal diziam claramente o número de contadores e a taxa de saneamento do Município de Góis, não tendo sido sonogada qualquer tipo de informação. Relativamente à limpeza dos passeios na Av. Padre António Dinis referiu que a concessão desta estrada a partir do Carvão até ao limite do concelho é da competência da Infraestruturas de Portugal pelo que deve a Câmara Municipal solicitar autorização, aguardando também a autorização para os trabalhos que têm de ser efetuados na mesma.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO:-----

-----a) Usou da palavra o senhor José Augusto Oliveira Rodrigues, residente em Góis, referindo concordar com as palavras do senhor vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio que o Município de Góis aderiu à APIN na plena defesa dos interesses dos munícipes, embora existem determinadas situações que o levam a desconfiar deste interesse. Referiu que se a Câmara Municipal participa no capital social da empresa intermunicipal, se cedeu as estruturas, algumas destas não são da propriedade da Câmara Municipal, mas sim de particulares, se continuamos com os funcionários, com as viaturas propriedade do Município de Góis e se o preço prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos irá aumentar não compreende se é na plena defesa dos interesses dos munícipes, sendo sua posição que certamente não o será. Referiu ser sua posição que a defesa dos interesses dos munícipes era manter um preço semelhante na prestação dos referidos serviços públicos até então praticado. Quanto ao pagamento da rede de saneamento nas zonas do concelho em que o mesmo é inexistente, efetivamente apraz-lhe mencionar que esta foi a solução encontrada, ou seja, são os munícipes que irão



pagar, para que seja feita a rede de saneamento que a APIN diz que irá efetuar, entendendo que o procedimento mais correto seria fazer a rede de saneamento em falta e, posteriormente o consumidor pagar a taxa pelo usufruto do respetivo serviço. Quanto à questão que apresentou à Câmara Municipal sobre se teriam sido acautelados a proteção de dados dos munícipes aquando a cedência dos mesmos para APIN, não tendo sido dada resposta à sua primeira comunicação, pelo que reiterou a mesma sendo que até à data ainda não rececionou uma resposta concreta por parte da Câmara Municipal, pelo que se efetivamente a mesma não lhe for dada num período de tempo irá remeter a questão à Comissão Nacional de Proteção de Dados para ter conhecimento se a atuação do Município foi ou não correta.-----

-----A senhora Presidente referiu que o munícipe pode estar tranquilo porquanto a decisão tomada pelo Executivo de adesão à APIN foi sempre na defesa intransigente dos munícipes consumidores. Referiu que anteriormente à adesão à empresa intermunicipal a Câmara Municipal fazia um investimento na ordem dos duzentos mil euros/ano para manter alguns valores na ótica de não onerar os orçamentos familiares. Referiu que presentemente as regras são outras, entrássemos nós na empresa ou estivemos a trabalhar isoladamente como estão outros concelhos vizinhos pelo facto de a ERSAR, Entidade Reguladora, obrigar a que a receita esteja equilibrada com a despesa. Referiu ser um facto que continuamos a ter alguns problemas que tínhamos, apesar de não sermos o concelho com pior taxa de saneamento. Referiu que no presente momento a APIN não está a usar qualquer recurso propriedade da Câmara Municipal, há um período transitório de seis meses, havendo um documento para acerto de contas o qual foi por unanimidade do votado contra, porquanto o valor calculado para ressarcir o município de Góis foi entendido por todos que prejudica o concelho. Acrescentou, que os serviços continuam a ser realizados pelos trabalhadores da Câmara Municipal e meios materiais da sua propriedade, tendo no dia de hoje sido rececionadas na Autarquia as primeiras faturas de água. Sobre este assunto deu a palavra à senhora chefe da DAG para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que na reunião em que esteve presente foi comunicado que a primeira fatura do presente ano é do período de 01 a 23 de janeiro, sendo que devido ao número elevado de consumidores a APIN está a fazer o processamento faseado.-----

-----A senhora Presidente informou que o munícipe José Augusto Oliveira Rodrigues solicitou à Câmara Municipal esclarecimentos sobre a proteção e dados dos consumidores neste processo, pelo que não tendo obtido uma resposta clara à sua questão informou que irá requerer esclarecimentos Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que solicitou informação à APIN sobre esta questão tendo obtido como resposta que a empresa fez uma análise jurídica a esta questão tendo o procedimento tomado sido baseado nessa mesma análise. Referiu que na reunião em que esteve presente foi também uma questões abordada, pelo que lhe a resposta prestada ao munícipe foi a que a APIN recomendou prestar, sendo a mesma no sentido de com a celebração do contrato de gestão houve uma serie de situações que foram transferidas para a APIN, fazendo parte desse conjunto os dados pessoais dos consumidores, sendo que estão a ser cumpridos a proteção dos dados. Acrescentou, que os dados transferidos para a APIN cumpre rigorosamente com o que refere o Regulamento da Proteção de dados que é a utilização dos dados para aquele efeito e mais nenhum. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que quanto à questão da proteção de dados apraz-lhe mencionar o contrato de gestão delegada, que foi o procedimento tomado pela Câmara Municipal com a APIN, pelo que se a Câmara Municipal tinha determinados dados para poder utilizar para emissão de faturação da prestação de serviços ao delegar essa competência numa entidade externa a mesma fica obrigada utilizar esses mesmos dados para esses mesmos fins e não para outros. -----

-----b) Usou da palavra o senhor Artur Nascimento Neves, residente em Cabreira, referindo que na sequência do pedido efetuado à Câmara Municipal para que a iluminação pública fosse ligada mais cedo na localidade de Cabreira, mencionou que até ao momento ainda continua na mesma, aprez-lhe reiterar o seu pedido para que esta seja acesa cerca de trinta minutos antes do que presentemente se encontra previsto, uma vez que é a única localidade desta freguesia cuja rede de iluminação pública acende trinta minutos depois de nas outras localidade. -----

-----A senhora Presidente sobre esta questão referiu que a Câmara Municipal já tomou as devidas providências junto da EDP, conforme documento comprovativo da situação.-----
mesmo pedido.-----

-----Dada a palavra ao senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que efetivamente o pedido do munícipe foi colocado na plataforma da EDP, pelo que irá verificar o estado desse mesmo pedido.-----

-----c) Usou da palavra o senhor Paulo Miguel Fernandes Silva, referindo fazer-se acompanhar pelo Coordenador do Parque Municipal de Campismo, senhor Paulo Carvalho, uma vez que o assunto que irá expor é sobre o Parque Municipal de Campismo, infraestrutura municipal explorada pela empresa Trans Serrano. Referiu que nos anos em que a empresa tem explorado este equipamento tem havido um conjunto de trabalhos realizados em parceria com o Município de Góis, agradecendo os investimentos que têm sido realizados pela Câmara Municipal no sentido de melhorar as condições de acolhimento aos campistas. Referiu que também a Trans Serrano ao longo da concessão de exploração também tem feito um investimento significativo na ótica de haver uma outra atratividade desta infraestrutura, tendo para o efeito elencado algumas melhorias que fizeram. Referiu que do conjunto de situações que carecem de ser resolvidas a que mais se destaca é a situação do alvará, situação esta que se prolonga desde o ano de 2015, tendo a mesma sido várias vezes comunicada ao município, bem como tomado alguns procedimentos junto da Turismo de Portugal no sentido de terem conhecimento de quem era a responsabilidade deste documento, tendo sido comunicado que o alvará

terá que ser emitido pela Câmara Municipal em nome da Trans Serrano, na qualidade empresa concessionária. Referiu que os serviços municipais já efetuaram várias vistorias no sentido de identificarem o que seria necessário para emissão do respetivo alvará, realçando que presentemente o projeto está pendente porquanto está em falta o projeto elétrico e a situação das luzes de emergência. Referiu que foi apresentada uma proposta à Câmara Municipal porquanto é necessário fazer um conjunto de trabalhos de forma a que alguns espaços melhorem, sendo exemplo disso os sanitários, a rampa de acesso a pessoas com mobilidade condicionada e a colocação de mais dois bungalows. Para além dos orçamentos apresentados para as necessárias intervenções, referiu que na proposta foi também sugerido a empresa realizar parte das respetivas intervenções e a Câmara Municipal prescindir da receita da renda até final do contrato.-----

-----Prosseguiu, referindo que no dia 19.02.20 rececionaram um ofício da Câmara Municipal não entendendo o seu conteúdo denominando o mesmo de grave, tendo sido por esse mesmo facto que se dirigiu à presente reunião porquanto necessita de esclarecimentos sobre o mesmo, tendo para o efeito dado conhecimento do mesmo. Neste sentido, questionou se é entendimento da Câmara Municipal que a empresa não está a cumprir com as responsabilidades que lhe foram atribuídas aquando a celebração do contrato de concessão do Parque Municipal de Campismo. Referiu que o referido ofício foi assinado senhor Vice Presidente questionando qual o contexto do mesmo, uma vez que a última reunião realizada com o próprio foi em janeiro de 2018, não entendendo se o ofício é sequência dessa reunião, uma vez que já passaram dois anos, sendo nessa ótica também não fará muito sentido, uma vez que a senhora Chefe da DGUPA tem acompanhado todos os investimentos realizados pela Câmara Municipal no Parque Municipal de Campismo. Terminou, referindo a sua surpresa com o ofício da Câmara Municipal pelo que sentiu a obrigação de o partilhar com o Executivo, salientando que a par com o zelar pela empresa também o fazem pela Autarquia pelo que quando cessar o contrato em curso a Câmara Municipal irá receber o imóvel em condições melhores do que as entregou pelo investimento próprio e também da empresa, mas sobretudo irá

encontrar o Parque Municipal de Campismo com bom nome e com projeção no mercado. Referiu que a próxima entidade a quem foi adjudicada a concessão deste equipamento vai certamente encontrar num patamar em que a sua empresa não encontrou, pelo que desejava que esse facto fosse tido em conta, bem como fosse do conhecimento de todos.-

-----A senhora Presidente referiu conhecer as situações apresentadas nas reuniões realizadas com a empresa, porém desconhece o assunto sobre o ofício remetido pela Câmara Municipal à Trans Serrano.-----

-----O senhor Vice Presidente referiu que efetivamente procedeu à assinatura do ofício remetido à empresa, sendo que presentemente não reúne condições para esclarecer qual a razão do teor constante no documento. O ofício refere-se ao Edital que publicitou a concessão de exploração do Parque de Campismo. Ainda sobre o ofício em questão referiu que o mesmo se refere a uma análise técnica e jurídica pelo que devemos circunscrever à mesma, entendendo que uma resposta técnica e jurídica deve ser discutida e esclarecida com os respetivos técnicos e não em sede do Executivo. Acrescentou que irá inteirar-se do processo para que possa responder de forma adequada sobre o teor desse mesmo ofício.-----

-----A senhora Presidente referiu que o alvará é um assunto que se prolonga há bastante tempo porquanto existe um problema com a atualização do licenciamento que é grave para a empresa, mas também poderá o ser para a Câmara Municipal. Referiu das reuniões realizadas com a empresa ficou claro qual era o envolvimento da Câmara Municipal pelo que está muito preocupada com os balneários do Parque de Campismo porque não dignificam o equipamento, bem como do projeto elétrico sendo este muito importante para que seja emitido o alvará e ser licenciado. Pelo que em reunião onde esteve presente os Técnicos da Câmara Municipal, Eng.ª Maria de Lurdes Rodrigues e Eng. César Ribeiro, foi analisado o contrato para termos conhecimento das responsabilidades de cada parte interveniente, tendo sido verificado em nome da segurança e do bom de Góis que a Câmara Municipal assumiria o projeto elétrico tendo para o efeito solicitado à empresa que lhe apresentasse um orçamento, tendo o mesmo sido devidamente apresentado.

Sobre a aquisição de dois bungalows tendo como troca a Câmara Municipal prescindir das rendas referiu que solicitou ao senhor Consultor Jurídico para que se pronunciasse sobre esta questão tendo em conta o contrato celebrado. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que pelas palavras proferidas pelo senhor Paulo Silva as mesmas tiveram também como objetivo dar a conhecer aos Vereadores o processo que está envolvido no ofício que lhe foi remetido enquanto responsável pela empresa a quem foi adjudicada a concessão de exploração do Parque Municipal de Campismo. Referiu que de acordo com o teor do ofício entende que previamente deveria ter sido a empresa consultada sobre a matéria de forma a que não fosse necessário remeter uma comunicação até mesmo para que não sejam criadas situações de conflito por ambas as partes. -----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que o empresário veio ao Executivo colocar uma situação a qual ficou não foi suficientemente explicada tendo apelado à Vereação para se inteirarem do assunto. Referiu não poder inteirar-se do assunto da forma como o mesmo foi exposto, uma vez que tem de ter conhecimento do ofício, ou então deveria o mesmo ser tratado no Gabinete da Vereação em exercício, pelo que se entendem que o mesmo deve ser tratado em sede do Executivo deve o ofício ser do conhecimento de toda a Vereação. Neste sentido, referiu não poder emitir qualquer posição relativamente ao assunto em questão uma vez que não tem os mínimos conhecimentos para esse mesmo efeito.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador Mário Barata Garcia lamenta o facto deste assunto ter sido exposto em sede do Executivo.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que irá solicitar ao senhor Consultor Jurídico da Câmara Municipal para verificar até onde é que a Câmara Municipal pode ir dentro do seu grau de compromisso e na lei para que se possa emitir o licenciamento e o alvará.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA:-----



3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia onze de fevereiro do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

3.2 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA/ÓRGÃOS SOCIAIS – A Câmara tomou conhecimento dos órgãos sociais da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra para o biénio de 2020/2021, reiterando esta ADL a total disponibilidade em dar continuidade e reforçar a parceria que une esta Associação e o Município de Góis, desde há 25 anos, e ao desenvolvimento de iniciativas de comum interesse e com benefício para as populações que têm responsabilidade de servir. Prevaleceram-se da oportunidade para agradecer toda a colaboração e apoio que foi sempre dispensado pelo Município de Góis à ADIBER.-----

3.3 – FARMÁCIA SANTIAGO/PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO NA PRAÇA DA REPÚBLICA EM GÓIS – A senhora Presidente informou que a senhora Dr.ª Ana Campos Coroa, Diretora Técnica da Farmácia Santiago, no p.p. dia 17.02.202, solicitou à Câmara Municipal autorização para designação de um lugar reservado a utentes junto às novas instalações da Farmácia Santiago, sita no nº12, na Praça da República, em Góis.---
----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que o pedido da Farmácia dever-se-ia ter feito acompanhar de informação técnica para que o Executivo pudesse deliberar em conformidade com a mesma, pelo que não se sente habilitado para tomar a melhor decisão relativamente ao pedido em questão.-----
----A senhora Presidente referiu corroborar com as palavras do senhor Vereador tendo apresentado um pedido de desculpas pelo facto de o documento não ter sido acompanhado de informação técnica para o efeito, pelo que irá solicitar aos serviços técnicos que se pronunciem no sentido de o Executivo poder deliberar sobre o assunto na próxima reunião da Câmara Municipal. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, baixar o assunto aos serviços técnicos da DGUPA para emissão de informação, a fim de o assunto ser objeto de deliberação na próxima reunião da Câmara Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – GÓIS MOTO CLUBE/15º ENDURO DE GÓIS PARAÍSO TODO TERRENO – A senhora Presidente informou que o Góis Moto Clube pretende realizar nos dias 07 e 08 de março do ano em curso, o 15º Enduro Góis – Paraíso Todo-Terreno, prova pontuável para o Campeonato Nacional de Enduro, pelo que em comunicação remetida à Câmara Municipal, no p.p. dia 18.02.20, solicitaram autorização para a realização da referida prova desportiva.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, em conformidade com o artigo 52º do Regulamento das Atividades Diversas, deliberou, por unanimidade, licenciar o 15º Enduro Góis – Paraíso Todo-Terreno, licenciamento condicionado ao parecer favorável das competentes entidades.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL/VISTORIA/INSPEÇÃO A ESTRADAS E OBRAS DE ARTE NO CONCELHO DE GÓIS SOBRE GESTÃO DA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – A senhora Presidente informou que na sequência a passagem das recentes tempestades Elsa e Fabien a Infraestruturas de Portugal (IP) mobilizou todos os meios necessários para num esforço minimizar os efeitos na sua rede, tendo efetuado intervenções de limpeza e estabilização de taludes, algumas delas nas vias nacionais no concelho de Góis nas EN2 e EN342. Informou que se encontra que se encontra em Plano de Investimentos da empresa a intervenção na ER2. Km 305+000 – Estabilização de Taludes de Escavação” e “ER 344, km 87+500 – Estabilização de Taludes de Escavação”. Mais informou que das oito Obras de Arte rodoviárias do concelho de Góis que estão sob a jurisdição da IP está prevista a realização , em 2020, de Inspeções Principais a: “PH Bordeiro, na EN342ao Km 83+002”, “Ponte sobre Ribeira de Amioso, na ER2 ao Km 302-+925” e “Ponte da Amoreira sobre o rio Unhais”, na EN344, km 86+144” .-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionando a localização dos taludes na EN342 e na EN2.-----

-----A senhora Presidente informou que na EN342 é no circuito entre Ponte do Sótão e a cortada de acesso às Aldeias do Xisto e na EN 2 é no acesso a Portela de Baixo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.6 – REQUALIFICAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA CASA-MUSEU ALICE SANDE: PROJETO DE EXECUÇÃO. LOCAL: LARGO FRANCISCO INÁCIO DIAS NOGUEIRA, Nº 4 E 5 GÓIS – A

A senhora Presidente informou que agendou o presente assunto para que o Executivo tenha conhecimento dos procedimentos tomados pela empresa. Referiu que a fundamentação para que este processo tenha mais de um ano de atraso não corresponde à verdade, pelo que referiu não aceitar que seja entregue um documento que efetivamente não corresponde à verdade. Referiu ser do conhecimento do Executivo em que circunstâncias é que o documento foi alterado, tendo o projeto sido debatido em sede do Executivo o qual era interessante, tendo este sido adulterado na ótica dessa alteração ser para melhor. Salientou as palavras do senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues quando mencionou que o projeto era bastante interessante e, caso fosse necessário, a Câmara Municipal poderia recorrer à banca através de um empréstimo, uma vez que a Câmara Municipal tinha cerca de duzentos e cinquenta mil euros e o projeto apresentado passava do meio milhão de euros. Referiu tratar-se de uma situação complicada, porquanto a Câmara Municipal está em vias de perder este financiamento, pelo que não hesitará em identificar os responsáveis. Referiu que foi solicitada a reprogramação da candidatura tendo a mesma sido aceite, devendo a Câmara Municipal executar até ao dia 30.06.20. Referiu que se tivesse sido cumprido aquilo que foi pedido, isto é, a requalificação da casa o processo estaria numa outra fase. Referiu que volvido todo tempo as alterações ao projeto inicial foram protagonizadas por um conjunto de pessoas que entenderam que o projeto ficava mais bonito à margem de qualquer decisão superior e política. Referiu que, entretanto, o projeto foi feito ao contrário, quando a empresa esteve presente em sede do Executivo que nos apresentou

a dimensão do projeto e foi por todos considerado ser bastante interessante embora a Câmara Municipal não tenha recursos financeiros para o colocar em prática. Posteriormente a esta apresentação é que se solicitou a opinião à DRCC tendo esta Entidade dado razão à sua pessoa pelo que o projeto caiu em terra, porquanto a casa não tem estrutura para aguentar o projeto. Referiu que a empresa entregou o documento alegando que o atraso na entrega se consubstancia na emissão de parecer da DRCC, facto que não corresponde à verdade, salientando que a empresa ganhou exatamente pelo tempo que se comprometeu e não cumpriu, o qual atingiu cerca de um ano. Referiu que efetivamente estamos no mês de fevereiro não tendo conhecimento de quanto tempo é que vai passar até ser lançado o procedimento para a requalificação do imóvel, sendo certo que não existe mais reprogramação, pelo que irá solicitar aos serviços da DGUPA para que se pegue neste processo de modo a que se cumpra o prazo estabelecido.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo lamentar todo este processo, sendo surpresa sua e julga também da senhora Presidente quando na edição do GóisArte do ano de 2018 foi apresentado o projeto, tendo para o efeito na altura usado da palavra e referido que o que estava ser apresentado não era nenhuma Casa-Museu. Referiu que uma Casa-Museu implica que seja conservado ao pormenor todo o edificado e também o interior para que quem a visita ter conhecimento do como era o quotidiano e a vida de quem ali habitava. Referiu que o que foi proposto era completamente diferente deste conceito, era um museu, um edifício novo que desvirtuava completamente o conceito de Casa-Museu. Referiu lamentar, profundamente, todo este processo porquanto se trata de um projeto que lhe foi sempre muito querido, realçando ter pena de não ter feito mais do que o inventário enquanto Vereadora responsável pelo Pelouro da Cultura, sendo lamentável que todo este processo tenha tido todos estes entraves e que não tenha avançado em tempo útil porquanto foi associado um montante significativo para a requalificação do imóvel. Ainda sobre todo o atraso do projeto referiu que ou foi transmitido ao projetista tudo aquilo que não tinha a ver com uma Casa-Museu, ou, então foi o próprio que divagou, sendo

que concorda com a senhora Presidente quando mencionou que devem ser apuradas responsabilidades, pelo simples facto de quando se encomenda “algo” temos que efetivamente receber o que se pediu e não ser rececionado uma coisa completamente diferente ao que se solicitou. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que no documento o projetista utilizou uma palavra que no findo define o que se terá passado “conceito de intervenção”, sendo que o conceito de intervenção que inicialmente lhe foi transmitido é diferente daquele que o arquiteto da DRCC disse que se tinha que respeitar.-----

-----A senhora Presidente referiu que neste processo o que considera mais grave é o abuso de confiança e de poder a quem se confere uma tarefa. Referiu ser da sua competência num procedimento nomear um gestor do contrato não havendo um gestor que esteja a cumprir o seu papel, pelo que solicitou ao senhor Vice-Presidente que reúna a Equipa afeta a este processo, sendo que também deve ser efetuada reunião com todos os gestores do contrato para que tenham conhecimento do seu papel nos contratos e, se necessário, promover uma ação de formação nesta área.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que este processo tem sido mais acompanhado pelo pessoal do Posto de Turismo, realçando que a senhora Eng.ª Lurdes Rodrigues, apesar de Gestora do Contrato, não tem tido uma grande intervenção neste processo, uma vez que houve uma grande centralização no Turismo. -----

-----A senhora Presidente referiu que deve ser o gestor do contrato informar sobre todo este processo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.7 – INSTALAÇÃO DE TORRE DE VIDEOVIGILÂNCIA NO CONCELHO DE GÓIS NO ÂMBITO DE UMA CANDIDATURA PROMOVIDA PELA CIM REGIÃO DE COIMBRA - SISTEMA INTEGRADO DE VIDEOVIGILÂNCIA PARA A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – A

senhora Presidente informou que a CIM RC e a CIM de Viseu e Dão Lafões encontram-se a executar o projeto “Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios

Florestais no território da CIM RC e CIM VDL” que contempla a instalação de um conjunto de torres de videovigilância florestal, em ambos os territórios com o objetivo de reforçar a vigilância, deteção e gestão de incêndios rurais. Nesse sentido, informou que foram realizadas visitas aos potenciais locais de instalação, em conjunto com os técnicos dos municípios e com o Instituto Superior Técnico (IST), entidade a quem foi adjudicado o apoio técnico à preparação dos cadernos de encargos e acompanhamento do processo de concurso público de aquisição e instalação do sistema, de forma a avaliar a viabilidade da instalação e/ou identificar possíveis alternativas que aumentassem a área de cobertura e/ou diminuíssem o custo de implementação. Após estas etapas de validação no terreno, foi-nos comunicado no passado dia 21 de janeiro que seriam os municípios que teriam de falar com os proprietários dos terrenos onde se pretende instalar as torres que as quais irão ser acopladas as câmaras de videovigilância. No caso de Góis, a única torre que se encontra dentro do território do município de Góis, encontra-se numa área pertencente aos Compartes da Freguesia do Cadafaz, na serra do Rabadão, na zona do Alto do Vieiro, pelo que deve a Câmara Municipal proceder às devidas démarches para que inicie o processo de obras para instalação da torre, conforme projeto tipo apresentado pela CIM RC, bem como contactar com a Direção do Conselho de Compartes da Freguesia do Cadafaz para autorizar utilização do espaço em nome da CIM RC. -----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionando se irá ser o Conselho de Compartes da Freguesia do Cadafaz a ter que realizar as necessárias obras.-----

-----A senhora Presidente informou que as obras necessárias são da competência da Câmara Municipal, devendo apenas ser solicitada autorização ao Conselho de Compartes da Freguesia do Cadafaz para que a CIM RC possa utilizar o espaço onde irá ser colocada a referida torre.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

3.8 – “RESTABELECIMENTO DA FLORESTA AFECTADA POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS OU ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS” – INCÊNDIOS JUNHO DE 2017 -

TRABALHOS A MENOS E COMPLEMENTARES – PROPOSTA DE APROVAÇÃO – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 14.02.2020, relativa à proposta de aprovação de trabalhos a mais e a menos relativos ao Restabelecimento da Floresta Afectada por Agentes Bióticos e Abióticos ou Acontecimentos Catastróficos” – Incêndios junho de 2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar:-----

-----a) O Auto de trabalhos a menos no valor de 200.675,75 € + IVA;-----

-----b) O Auto de trabalhos complementares no valor de 48.201,88€ + IVA.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/NUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA HENRIQUES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.02.2020, relativa a legalização de alteração de habitação, requerida por Nuno Alexandre de Oliveira Martins, Cabreira, União de Freguesia de Cadafaz e do Colmeal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura das alterações.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 26.12.2019, relativa a alteração da cobertura de habitação, requerida por Aires Simões FelizarDO, Amioso do Senhor, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura e de águas pluviais.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/MARIA ISABEL ANTUNES BAETA NEVES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 20.02.2020, relativa a ampliação de habitação, requerida por Maria Isabel Antunes Baeta Neves, Ponte do Sótão, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura e especialidades.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, i.e., “Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior”, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz não participou na votação.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – Dívidas de Terceiros/Pagamento a Prestações/Proposta – Foi presente a informação nº 1065 da DAG, datada de 20.02.2020, relativa à proposta de pagamento em prestações de dívidas de terceiros ao Município de Góis, na qual o requerente, consumidor nº 14529, solicita autorização para proceder ao pagamento em prestações da dívida relacionada com a prestação de serviços de águas e resíduos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de pedido de pagamento a prestações de dívidas de terceiros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – 4ª Alteração (Modificativa) ao Orçamento/Ano 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a 4ª alteração (Modificativa) ao Orçamento Municipal para o Ano de 2020, que importa, na parte da receita, em 43.755,76€ (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e setentas e seis cêntimos), nos reforços e na parte da despesa, em 106.550,00€ (cento e seis mil, quinhentos e cinquenta euros), nos reforços e 62.794,24€ (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e quatro euros e vinte e quatro cêntimos) nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.--

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.14 – 4ª Alteração às GOP/Ano 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016,

de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 4ª alteração às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2020, que importa que importa em 91.550,00€ (noventa e um mil e quinhentos e cinquenta euros), nos reforços e 52.000,00€ (cinquenta e dois mil euros) nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.15 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte de fevereiro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que a informação que acompanha o Mapa de Transferências Correntes foi elaborada por um trabalhador que integra os órgãos sociais da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, pelo que não tendo conhecimento se existe incompatibilidade considera não ser eticamente correto, pelo que na sua ótica deveria ter sido um outro Técnico a elaborar a mesma conforme já aconteceu em outras situações. Mais referiu que a informação faz referência a que a candidatura não reúne as condições em conformidade com o estabelecido no Regulamento para o efeito, fazendo essa mesma informação referência ao ponto 6, do artigo 9º do RMCS, alusão essa que não se lembra de ter sido colocada em qualquer outra informação. Referiu ainda que nesta referência a qual denominou como lembrete refere que “*À Câmara Municipal fica reservado o direito de conceber subsídios no âmbito das suas competências, ainda que os processos não preencham alguns dos requisitos exigidos desde que razões de natureza diversa e devidamente fundamentada*”, pelo que mencionou estar em falta a devida fundamentação para esse mesmo efeito. Neste sentido, referiu que o seu voto ao presente subsídio será contra tendo em conta que não irá aprovar a atribuição de um subsídio que não está em conformidade com o que é exigido.-----

-----A senhora Presidente referiu que o único requisito em falta é que esta associação

não tem regularizada a situação junto da Segurança Social, esclarecendo que são feitos pagamentos mensais, sendo que tal como outras organizações do concelho para efetuarem pagamentos mensais têm que efetivamente terem disponibilidade mensal. Pelo que como trabalham com alguns projetos cujos os pedidos de pagamento que fazem junto das competentes entidades não são cumpridos por parte das mesmas, sendo que também causa algum transbordo no funcionamento da organização. Acrescentou que da informação disponibilizada pelo senhor Presidente desta ADL é que estavam a regularizar a situação junto da Segurança Social, tendo a questão sido colocada à senhora Chefe da DAG tendo obtido como resposta que a lei prevê é a retenção de 25% do montante total até a situação estar devidamente regularizada.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo considerar pertinentes as considerações da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, concordando com as mesmas. Considerou que deveria ter havido o cuidado do trabalhador que integra os órgãos sociais da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra de não ter sido o próprio a elaborar a referida informação. Em relação ao facto de a candidatura não reunir as condições referiu que a senhora Presidente apresentou a devida fundamentação. Porém, entende que deveria a informação ter sido elaborada por um outro Técnico uma vez que o próprio integra os órgão sociais da organização a quem irá ser atribuído o subsídio, pelo que tendo em conta esta situação irá abster-se na votação do presente assunto.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que irá votar a favor porquanto entende que o facto de o Técnico que subscreveu a informação fazer parte da lista que concorreu aos órgãos sociais desta ADL, na situação de suplente e é nessa situação que se mantém, não deve perturbar o que se pretende atingir com o objeto da atribuição do referido subsídio.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que efetivamente deveria ter sido um outro Técnico a elaborar a presente informação, conforme fundamentações já apresentadas, pelo que também irá votar contra.-----



3.15.1. ADIBER – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dois votos a favor, da senhora Presidente da Câmara Municipal e do senhor Vice-Presidente, dois votos contra, dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, e uma abstenção, do senhor Vereador eleito pelo PSD, aprovar a referida transferência corrente no montante de doze mil e quinhentos euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento de projetos diversos e apoio nas parcerias (ex: programas de medidas de emprego).-----

-----Em conformidade com o nº1, do artigo 33º, do Código do Procedimento Administrativo, a senhora Presidente usou do voto de qualidade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e quatro de fevereiro do ano em curso, no montante de um milhão, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e um cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FARMÁCIA SANTIAGO/PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO NA PRAÇA DA REPÚBLICA EM GÓIS; “RESTABELECIMENTO DA FLORESTA AFECTADA POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS OU ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS” – INCÊNDIOS JUNHO DE 2017 - TRABALHOS A MENOS E A MAIS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO; OBRAS PARTICULARES/NUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA HENRIQUES; OBRAS PARTICULARES/AIRES SIMÕES FELIZARDO; OBRAS PARTICULARES/MARIA ISABEL ANTUNES BAETA NEVES; DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA; 4ª ALTERAÇÃO (MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020; 4ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2020; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas catorze horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
